

ELEBRÁS PROJETOS S.A.
CNPJ nº 04.823.041/0001-39

CNPJ nº 04.823.047/0001-59
monstrações financeiras 31 de dezembro de 2022
(em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)						Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)						
ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Passivo e Patrimônio Líquido								
Caixa e equivalente de caixa	7	13.200	11.836	Passivo								
Concessionárias	8	23.460	27.944	Circulante								
Impostos a compensar	9	1.377	591	Fornecedores	17	2.301	2.000					
Cauções e depósitos vinculados	11	66.615	35.676	Impostos a pagar	9	28.322	22.737					
Material para uso e consumo	12	428	125	Dividendos e JSCP a pagar	10	26.095	19.324					
Adiantamento a fornecedores	13	49	414	Empréstimos e financiamentos	18	4.832	4.806					
Despesas antecipadas	14	160	150	Outras contas a pagar	19	4.080	8.989					
Outros créditos	14	2	2									
Não circulante												
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.042	2.464	Total do passivo	18	18.154	22.713					
Partes relacionadas	10	-	15	Patrimônio Líquido	20	6.740	6.858					
Cauções e depósitos vinculados	11	6.074	5.468	Reservas de lucros	19	2.476	2.681					
Imobilizado	15	148.260	163.589									
Intangível	16	1.898	2.093	Total do patrimônio líquido	21	93.000	90.108					
Total do ativo		263.565	250.367	Total do passivo e patrimônio líquido		263.565	250.367					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
1. CONTEXTO OPERACIONAL												
Elebrás Projetos S.A. ("Companhia" ou "Elebrás"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2001, tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 17 de março de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A. ("EDPR"). A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 9º andar, sala 1, Itaim Bibi, em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua filial, a usina geradora de energia elétrica denominada Parque Elétrico de Cidreira I, está localizada no município de Tramandaí - RS. A usina geradora de energia elétrica entrou em operação em maio de 2011 e atualmente tem 31 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 70 MW. A totalidade de medição de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.												
1.1 Autorização do Parque Elétrico Cidreira I												
Empresa		Elebrás		UEEE Elebrás Cidreira I								
Usinas				Produtor Independente								
Modalidade				Autorização								
Outorga												
Estado		RS										
Capacidade instalada (MW)		70,00										
Energia assegurada (Mm)		24,14										
Data do início da operação		2011										
Autorização / Registro		05/09/2022										
Início												
Término		05/09/2032										
Por meio da Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 495/02, a Companhia foi autorizada para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação da central geradora eólica denominado Parque Elétrico de Cidreira I. A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada.												
A energia elétrica gerada pela Elebrás destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.												
2. BASE DE PREPARAÇÃO												
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de abril de 2023.												
2.1.1 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.												
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO												
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.												
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS												
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. • Imposto diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual os prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 9); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 20); • Imobilizado: determinação do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº 15); • Provisões e riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósito judicial: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 20); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 22).												
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS												
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos ate a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais de 3,8% a 14,3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques sólidos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados aos prazos de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo e são reconhecidos como perda ou ganho, quando o resultado da alienação exceder o valor contábil do ativo. d) Concessões: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. e) Passivos e financiamentos: Classificação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica suas ações e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da probabilidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e sido recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são mensurados considerando as amortizações de principal mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 26. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido das receitas e despesas com impostos e encargos é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ato de pagamento de impostos e encargos simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. "Impairment": A Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir da classificação inicial dos recebíveis.												
6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS												
As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encarregada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC). Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1: As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulares ou não circulares, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é definida pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem referir a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de												

Infraestrutura da Chaves Públ
Brasileira - ICP-Br



pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>

